

8 – ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2022

8.1 – Caracterização da entidade

8.1.1 – Identificação

Designação: Instituto da Segurança Social dos Açores, IPRA

Número de identificação fiscal	510928897
Endereço	Avenida Tenente Coronel José Agostinho 9700-108 Angra do Heroísmo
Regime financeiro	Autonomia administrativa, financeira e patrimonial
Tutela	Secretaria Regional da Solidariedade Social
Código de classificação económica	84300 – Atividade de segurança social obrigatória

8.1.2 – Legislação

- **Criação do ISSA, IPRA**

Decreto Legislativo Regional n.º 14/2013/A, de 3 de outubro.

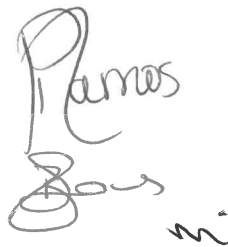
- **Orgânica do ISSA, IPRA**

Decreto Regulamentar Regional nº 2/2014/A, de 24 de janeiro.

Ramas
Bous

Ramas
Bous

Ramas
Bous



8.1.4 – Descrição sumária das atribuições e das atividades, prosseguidas no exercício económico

O ISSA, IPRA é um instituto público dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, sendo responsável pela gestão dos regimes de segurança social e adequada política financeira da segurança social. O ISSA, IPRA é responsável também pela preparação do orçamento e plano global da segurança social na RAA, bem como pelo acompanhamento da execução orçamental e elaboração da conta da RAA.

Os recursos financeiros da Segurança Social dos Açores são essencialmente as contribuições, cotizações e transferências do Governo Regional.

O ISSA, IPRA desempenha um papel relevante no relacionamento da Segurança Social com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), uma vez que é o responsável por assegurar o seu financiamento por via de transferências de verbas no âmbito dos contratos de cooperação – valor cliente e outros celebrados entre aquelas instituições e as instituições de segurança social da RAA, nomeadamente a Direção Regional da Solidariedade e Segurança Social.

8.1.5 – Recursos humanos – Identificação dos responsáveis pela direção da entidade

No decurso do ano de 2022 o Conselho Diretivo do ISSA, IPRA foi constituído pelos seguintes membros:

Nome	Situação na entidade	Período de responsabilidade
Paula Cristina Pereira Azevedo Pamplona Ramos	Presidente	01.01.2022 a 31.12.2022
Octávio Manuel Melo Torres	Vice-Presidente	01.01.2022 a 04.05.2022
Patrícia Borges Soares	Vice-Presidente	01.08.2022 a 31.01.2022
Ana Margarida Frias Furtado Silva	Vogal	01.01.2022 a 04.05.2022
Tânia Duarte de Almeida Moreira da Fonseca	Vogal	05.05.2022 a 31.12.2022

Fiscalização: O Estatuto Orgânico do ISSA, IPRA, estabelece o Fiscal Único como órgão do instituto. A Sociedade UHY&ASSOCIADOS,SRCO,LDA, foi designada por um período de três anos como Fiscal Único do ISSA, IPRA, nomeadamente para as contas de gerência dos anos de 2020, 2021 e 2022.

Número de efetivos reportado a 31 de dezembro, discriminado por pessoal do quadro e fora do quadro, carreiras e categorias, departamentos e serviços

	Pessoal Dirigente superior		Pessoal Dirigente Intermediário		Técnicos Superiores		Pessoal de Inspeção		Informático		Docente		Assistente Técnico		Assistente operacional		Médico		Enfermeiros		Téc. Diagn. e Terapêuticas		Outro		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Nomeação definitiva							9	18																	9	18
Nomeação transitória por tempo indeterminado																									0	
Nomeação transitória por tempo determinado																									0	
Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado					19	133			13	4		3	55	275	11	17							10	98	442	
Contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo																									0	
Contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto						1								2											0	3
Comissão de serviço no âmbito da Lei de Carreiras, Vínculos e Remunerações - Lei n.º12-A/2003			3	6	15																				6	18
Comissão de serviço no âmbito do código de trabalho																									0	
Outras situações																									0	0
Total de efetivos	0	3	6	15	19	134	9	18	13	4	0	3	55	277	11	17	0	0	0	0	0	0	10	113	481	
																							TOTAL		594	

8.1.6 – Organização contabilística

Breve descrição das principais características do sistema informático utilizado/existente;

Desde 2002 que se utiliza o Sistema de Informação Financeira SIF/SAP;

Em 2008 o SIF/SAP, foi alterado na medida em que passou a fornecer também demonstrações financeiras separadas pelos dois tipos de orçamento existentes, o da Região Autónoma dos Açores (que se atribuiu a divisão 0001) e o da Segurança Social (que se atribuiu a divisão 0000).

Organização contabilística

Aspetos principais referentes à organização contabilística	Sim	Não
Existência de manual de procedimentos contabilísticos	x	
Possui escriturados os seguintes livros:		
Diários, razão, inventário e balanço	x	
Todos os registos estão apoiados em documentos justificativos, datados e ordenados numericamente a)	x	
As operações são registadas cronologicamente	x	
Os erros ou omissões são objeto de regularização contabilística	x	
Existência de demonstrações financeiras intercalares		x
Existência de descentralização contabilística		x

a) Todos os documentos justificativos da receita e despesa encontram-se nos arquivos do ISSA.

Em 27/12/2018 foi aprovada a Norma de controlo interno do Departamento de Gestão Financeira, Orçamento e Conta.

8.1.7 – Outra informação considerada relevante.

Caracterização de entidade – outra informação relevante

Outra informação relevante	Sim	Não
Existência de fundo fixo de caixa	X	
A cobrança é depositada diariamente	X	
O controlo de valores em caixa é efetuado com periodicidade diária	X	
É efetuado controlo sistemático de faturas recebidas	X	
Há reconciliação bancária diária	X	
As contas de terceiros são examinadas periodicamente	X	
Inventariação no final do exercício	X	

O ISSA, IPRA encontra-se excepcionado da aplicação do SNC-AP, relativamente ao exercício de 2022, ao abrigo do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 53/2022 de 12 de agosto e pelo disposto no n.º 11 da Resolução do TdC n.º 6/2022.

8.2 – Notas ao balanço e à demonstração de resultados

8.2.1 – Indicação e justificação das disposições do POCISSSS que, em casos excecionais devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos no balanço e na demonstração de resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social.

Não aplicável.

8.2.2 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Não aplicável.

8.2.3 – Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

O provisionamento da dívida de beneficiários e contribuintes foi efetuado com base na informação nos subsistemas de gestão das respetivas dívidas, nomeadamente no Sistema Integrado de Contas Correntes (SICC) e Sistema de Execução Fiscal (SEF). No cálculo das provisões foi tido em conta o escalonamento das dívidas sem plano prestacional, garantia ou suspensão, e aplicadas as taxas previstas no POCISSSS, ou seja: 25% para dívidas em mora entre 6 a 12 meses; 50% para dívidas em mora entre 12 a 18 meses, 75% para dívidas em mora entre 18 a 24 meses, e 100% para dívidas em mora há mais de 24 meses.

O método de cálculo utilizado respeitante às amortizações foi o das quotas constantes, em regime de duodécimos.

Em 2022 foram efetuadas várias regularizações nas depreciações de alguns imóveis, resultantes da correção da vida útil. Alguns dos imóveis estavam com uma vida útil desadequada da realidade, pelo que foi necessário proceder à sua correção e a correspondente regularização das depreciações até então calculadas

Critérios Valorimétricos

Rubricas	Critérios valorimétricos
Imobilizações	Custo de aquisição e VPT (ponto 8.2.7.1 .1)
Existências	Custo de aquisição
Dívidas de terceiros	Expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam

8.2.4 – Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das contas incluídas no balanço e na demonstração de resultados originariamente expressas em moeda estrangeira.

Não aplicável.

8.2.5 – Situações em que o resultado do exercício foi afetado:

a) Por valorimetrias diferentes das previstas no capítulo 4 “Critérios de valorimetria”;

b) Por amortizações do ativo imobilizado superiores às adequadas;

c) Por provisões extraordinárias respeitantes ao ativo

Não aplicável.

8.2.6 – Comentário às contas 431 “Despesas de instalação” e 432 “Despesas de investigação e desenvolvimento”.

Não aplicável.

8.2.7 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões.

8.2.7.1 – Amortizações e provisões

MAPA - 8.2.7.1 - AMORTIZAÇÕES PROVISÕES - Ano 2022				
	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de Domínio Público:	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
De Imobilizações Incorpóreas:				
Despesa de instalação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Despesa de investigação e desenv.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Prop. Industrial Outros Direitos	203.916,78 €	0,00 €	0,00 €	203.916,78 €
	203.916,78 €	0,00 €	0,00 €	203.916,78 €
De Imobilizações Corpóreas:				
Terreno	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e Outras Construções	6.712.173,65 €	1.034.029,38 €	-151.651,44 €	7.594.551,59 €
Equipamento Básico	2.861.182,03 €	-161.866,50 €	-71.344,69 €	2.951.703,84 €
Equipamento de Transporte	1.107.594,44 €	0,00 €	-102.278,80 €	1.005.315,64 €
Ferramentas e Utensílios	262,62 €	0,00 €	0,00 €	262,62 €
Equipamento Administrativo	635.161,19 €	29,54 €	-11.408,67 €	623.782,06 €
Taras e Vasilhame	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras Imobilizações Corpóreas	507.079,09 €	19.467,19 €	-8.040,72 €	518.505,56 €
	11.823.453,02 €	1.215.392,61 €	-344.724,32 €	12.694.121,31 €
De Investimentos em Imóveis:				
Terrenos	0,00 €			0,00 €
Edifícios	145.268,07 €	17.437,00 €	-13.505,99 €	149.199,08 €
	145.268,07 €	17.437,00 €	-13.505,99 €	149.199,08 €
De Investimentos Financeiros				
Partes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Empréstimos de Financiamento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Out Aplicações Financeiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	12.172.637,87 €	1.232.829,61 €	-358.230,31 €	13.047.237,17 €

P. Ramos
M.

8.2.7.2 – Ativo bruto

unidade: euros

Activo bruto						
Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo final
Imobilizações Incorpóreas:						
Despesas de instalação						0,00
Despesas de invest. E de desenvolvimento						0,00
Propriedade Industrial e Outros Direitos	203.916,78					203.916,78
Imobilizações em curso						0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas						0,00
	203.916,78	0,00	0,00	0,00	0,00	203.916,78
Imobilizações Corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	7.838.801,18		41.856,05		258.995,68	7.621.661,55
Edifícios e outras construções	20.900.646,92		473.659,68	394.788,31		20.979.518,29
Equipamento básico	3.240.202,85		379.012,55		71.344,69	3.547.870,71
Equipamento de transporte	1.107.594,44			29.736,38	72.542,42	1.005.315,64
Ferramentas e utensílios	262,62					262,62
Equipamento administrativo	635.190,73				11.408,67	623.782,06
Taras e vasilhame	0,00					0,00
Outras imobilizações corpóreas	571.790,30		42.476,50		14.586,90	599.679,90
Imobilizações em curso	296.780,78		144.907,07		9.164,00	432.523,85
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00					0,00
	34.591.269,82	0,00	1.081.911,85	424.524,69	438.042,36	34.810.614,62
Investimentos Financeiros:						
Partes de capital						0,00
Obrigações e títulos de participação						0,00
Empréstimos de financiamento						0,00
Investimentos em imóveis	10.431.224,43	414.419,24		321.000,00	100.500,00	10.424.143,67
Outras aplicações financeiras						0,00
Imobilizações em curso						0,00
Adiantamentos por conta de invest.financeiros						0,00
	10.431.224,43	414.419,24	0,00	321.000,00	100.500,00	10.424.143,67
Total	45.226.411,03	414.419,24	1.081.911,85	745.524,69	538.542,36	45.438.675,07

8.2.8 – Desagregação das rubricas dos mapas das amortizações e provisões e ativo bruto

Imobilizações corpóreas

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis	Activos em curso	Total
Custo/ Valor Bruto (1/1/2022)	7.838.801,18	20.900.646,92	3.240.202,85	1.107.594,44	262,62	635.190,73	571.790,30	296.780,78	34.591.269,82
Aumentos									
Aquisições	35.000,00	105.000,00	379.012,55				42.476,50	144.907,07	706.396,12
Doações									0,00
Integração de imobilizado em curso									0,00
Doações em cumprimento									0,00
Valorizações	6.856,05								6.856,05
Reclassificação de contas		368.659,68							368.659,68
Outras operações (transferências entre classes)									0,00
Total dos Aumentos	41.856,05	473.659,68	379.012,55	0,00	0,00	0,00	42.476,50	144.907,07	1.081.911,85
Diminuições									
Alienações									0,00
Abates		394.788,31	71.344,69	102.278,80		11.408,67	14.586,90		594.407,37
Integração de imobilizado em curso								9.164,00	9.164,00
Cedência património									0,00
Reclassificação de contas									0,00
Outras operações (transferências entre classes)	258.995,68								258.995,68
Total das diminuições	258.995,68	394.788,31	71.344,69	102.278,80	0,00	11.408,67	14.586,90	9.164,00	862.567,05
Depreciações acumuladas									
Em 1 de janeiro de 2022		6.712.173,65	2.861.182,03	1.107.594,44	262,62	635.161,19	507.079,09	0,00	11.823.453,02
Amortizações do exercício		1.034.029,38	161.866,50	0,00	0,00	29,54	19.467,19	0,00	1.215.392,61
Outras operações (regularizações)		-151.651,44	-71.344,69	-102.278,80	0,00	-11.408,67	-8.040,72	0,00	-344.724,32
Em 31 de Dezembro de 2022	0,00	7.594.551,59	2.951.703,84	1.005.315,64	262,62	623.782,06	518.505,56	0,00	12.694.121,31
Valor Líquido em 2022	7.621.661,55	13.384.966,70	596.166,87	0,00	0,00	0,00	81.174,34	432.523,85	22.116.493,31

8.2.8.1 – Regularizações em imobilizações corpóreas

O aumento ocorrido na rubrica “Terrenos”, no montante de 6.856,05€ reportou-se a regularizações decorrentes da atualização do VPT do imobilizado. O imóvel estava valorizado em SIF por um valor inferior ao valor da escritura (VPT), pelo que foi necessário proceder a uma valorização no montante de 6.856,05€.

Os aumentos e diminuições ocorridos na rubrica “Edifícios e outras construções” reportou-se a regularizações resultantes de transferência da classe de investimentos (414) para a classe 422, transferência da classe de terrenos (421) para a 422, de forma a regularizar o valor do terreno, que estava sobrevalorizado, e da classe de imobilizado em curso (44) para a 422.

Em relação aos bens de imobilizados móveis o valor dos abates (97.340,26€) registado nas rubricas do “Equipamento básico”, “Equipamento administrativo” e “Outros bens de imobilizado”, incidiram sobre equipamentos que estavam no imobilizado do ISSA, sem qualquer uso e utilidade.

Em relação aos abates registados na rubrica de “Equipamento de transporte” foi relativamente à cedência gratuita e alienação de viaturas para outras entidades (102.278,80€).

No que diz respeito às depreciações acumuladas, na rubrica “Edifícios de outras construções”, em 2022, foram efetuadas regularizações, decorrentes da correção da vida útil de alguns imóveis e do incorreto cálculo das depreciações que, para alguns imóveis, a incidência estava sobre 75% do valor do imóvel em vez dos 100%. O valor das regularizações efetuadas totalizou **734.566,06€**, razão pela o valor acumulado das depreciações aumentou em relação a 2022.

Investimentos Financeiros

	Partes de Capital	Obrigações e títulos de participação	Empréstimos de financiamento	Investimentos em imóveis	Outras aplicações financeiras	Imobilizações em curso	Adiantamentos p/ conta de invest. Financeiros	Total
Custo/ Valor Bruto (1/1/2022)	0,00	0,00	0,00	10.431.224,43	0,00	0,00	0,00	10.431.224,43
Aumentos								
Aquisições	0,00	0,00	0,00	414.419,24	0,00	0,00	0,00	414.419,24
Integração de imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Doações em cumprimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências obtidas de ISS's	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valorizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reclassificação de contas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações (transferências entre classes)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Aumentos	0,00	0,00	0,00	414.419,24	0,00	0,00	0,00	414.419,24
Diminuições								
Alienações	0,00	0,00	0,00	321.000,00	0,00	0,00	0,00	321.000,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integração de imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cedência patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reclassificação de contas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reavaliações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações (transferências entre classes)	0,00	0,00	0,00	100.500,00	0,00	0,00	0,00	100.500,00
Total das diminuições	0,00	0,00	0,00	421.500,00	0,00	0,00	0,00	421.500,00
Depreciações acumuladas								
Em 1 de janeiro de 2022	0,00	0,00	0,00	145.268,07	0,00	0,00	0,00	145.268,07
Amortizações do exercício	0,00	0,00	0,00	17.437,00	0,00	0,00	0,00	17.437,00
Outras operações (regularizações)	0,00	0,00	0,00	-13.505,99	0,00	0,00	0,00	-13.505,99
Em 31 de Dezembro de 2022	0,00	0,00	0,00	149.199,08	0,00	0,00	0,00	149.199,08
Valor Líquido em 2022	0,00	0,00	0,00	10.274.944,59	0,00	0,00	0,00	10.274.944,59

8.2.8.2 – Regularizações em investimentos financeiros

As diminuições ocorridas, em 2022, nos Investimentos Financeiros, no montante de 421.500,00€ reportam-se, por um lado, a regularizações decorrentes de transferências de investimentos financeiros para imobilizados corpóreas (edifícios e outras construções), no valor 100.500,00€, e por outro a uma alienação, no montante de 321.000,00€.

8.2.9 – Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não aplicável.

8.2.10 – Indicação dos diplomas legais, nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado.

Não aplicável.

8.2.11 – Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações, conforme mapa anexo.

Não aplicável.

8.2.12 – Imobilizações Corpóreas e em Curso

- Imobilizações em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público cedidos por contrato de concessão;

Em anexo.

- Imobilizações respeitantes a cada uma das atividades da instituição, como, por exemplo, os “estabelecimentos integrados”;

Não aplicável.

- Imobilizações implantadas em propriedade alheia;

Não aplicável.

- Imobilizações reversíveis;

Não aplicável.

- Discriminação dos custos financeiros nelas capitalizados, respeitantes ao exercício e acumulados.

Não aplicável.

8.2.13 – Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira com menção dos respetivos valores contabilísticos (aquisição e amortização).

Não aplicável.

8.2.13 – Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira com menção dos respetivos valores contabilísticos (aquisição e amortização).

Não aplicável.

8.2.14 – Relação dos bens do imobilizado cuja valorização não foi possível, com indicação das razões dessa impossibilidade.

Não aplicável.

8.2.15 - Indicações dos bens de domínio público, que não são objeto de amortização e explicitação das respetivas razões.

Não aplicável.

8.2.16 – Designação e sede das entidades participadas, com a indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalentes e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício.

Não aplicável.

8.2.17 – Relativamente aos elementos incluídos nas contas “Títulos negociáveis” e “Outras aplicações de tesouraria”, indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores de balanço.

Não aplicável.

8.2.18 – Discriminação da conta “Outras aplicações financeiras”.

Não aplicável.

8.2.19 – Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Não aplicável.

8.2.20 – Fundamentação das circunstâncias especiais que justificam a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

Não aplicável.

8.2.21 – Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não aplicável.

8.2.22 – Valores globais das existências que se encontram fora das Instituições (consignadas, em trânsito, à guarda de terceiros).

Não aplicável.

8.2.23 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

Em anexo.

8.2.24 – Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal das Instituições do Sistema de Solidariedade e Segurança Social.

A 31 de dezembro de 2022 não existiam dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal das Instituições do Sistema de Solidariedade e Segurança Social.

8.2.25 – Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.

Não aplicável.

8.2.26 – Discriminação e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.

Não aplicável.

8.2.27 – Valor das dívidas a terceiros a mais de 5 anos, repartidas pelas respetivas rubricas do balanço.

Não aplicável.

8.2.28 – Valor das dívidas a terceiros cobertas por garantias reais prestadas pela entidade com indicação da natureza e da forma destas, bem como da sua repartição pelas rubricas de balanço.

Não aplicável.

8.2.29 – Descrição das responsabilidades da entidade por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a natureza destas e mencionando expressamente as garantias reais, bem como os valores prestados.

Não aplicável.

8.2.30 – Indicação da diferença, quando levado ao ativo, entre as importâncias das dividas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas.

Não aplicável.

8.2.31 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os diversos movimentos ocorridos durante o exercício.

São calculadas provisões para cobranças duvidosas, de acordo com os critérios do POCISSSS, isto é, a uma taxa de 25% para as dívidas com prazo de vencimento superior a 6 meses e inferior a um ano, a uma taxa de 50% para as dívidas com prazo de vencimento superior a um ano e inferior a dezoito meses, a uma taxa de 75% para as dívidas com prazo de vencimento superior a dezoito meses e inferior a vinte e quatro meses e uma taxa de 100% para as dívidas em mora há mais de vinte e quatro meses.

A reversão de provisões reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as provisões reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que as provisões anteriormente reconhecidas tenham revertido. A reversão das provisões é reconhecida na demonstração dos resultados como “Proveitos extraordinários”.



Handwritten signature of E. Ramos.

O POCISSSS é omissa para as dívidas que se encontrem em execução fiscal, contencioso ou nos casos de insolvência pelo que também é utilizado o critério acima.

Estas provisões não incluem as dívidas abrangidas por planos de pagamento ou por garantia real prestada, seguro ou caução, com exceção da importância correspondente à percentagem de descoberto ou desconto obrigatório, apesar de englobadas no valor em dívida constante das contas dos “clientes, contribuintes, utentes” e/ou “outros devedores”, nem incluem as dívidas sobre o Estado, Regiões Autónomas e Autarquias Locais.

O cálculo do aprovisionamento da dívida de contribuintes em sede de processo executivo foi efetuado com base na informação remetida pelo Instituto de Informática, IP, nomeadamente através dos mapas **3.2.1 – Escalonamento da dívida sem plano prestacional, sem garantia, sem suspensão e sem organismos públicos** e **3.2.2 – Escalonamento da dívida sem plano prestacional, com garantia e sem suspensão e sem organismos públicos**. Os referidos mapas foram elaborados com base nos requisitos aprovados pelos vários institutos da segurança social – ISS,IP, IGFSS,IP, ISSM,IP e ISSA,IPRA.

Em 2022, foram contabilizadas as provisões para as dívidas em sede de processo executivo dos juros de mora. A informação para o cálculo daquelas provisões foi disponibilizado pelo II,IP, nomeadamente pelos Mapas 3.6.1 – NOP e 3.6.2.2 NOP. As provisões relativas ao ano foram registadas na rubrica 6712200000 e as provisões relativas a anos anteriores foram registadas na rubrica 5920000000, por se tratar de um valor de grande significado. O valor registado na rubrica **6712200000 foi de 11.079,62€** e o valor registado na rubrica **5920000000 foi de 37.527.137,91€**, o que totalizou o montante total de **37.541.635,01€** de provisões calculadas.

8.2.31 – Provisões Acumuladas

8.2.31 - Provisões Acumuladas

Unidade Monetária: EUR					
Código das contas	Designação	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para cobranças duvidosas	102.427.917,90	48.147.235,47	6.279.804,80	144.295.348,57
292	Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Provisões para depreciações de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00

29122*-Provisões de cobranças em Lítigio de dívidas de contribuintes	
Saldo Inicial	92.592.904,77 €
Anulação de provisões por dívida prescrita	- 744.019,66 €
Redução de provisões por dívida extinta	- 3.677.690,08 €
Redução por ajustamentos entre mapas (3.2.1 e 3.2.2.2)	- 1.541.796,63 €
Reforço de provisões (*)	47.459.212,45 €
Total aumentos	47.459.212,45 €
Total Reduções	- 5.963.506,37 €
Saldo Final	134.088.610,84 €

(*) O reforço das provisões inclui as dívidas dos juros de mora contabilizados pela primeira vez, em 2022, no montante de 37.541.635,01€.

8.2.32 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos, no exercício, em cada uma das contas da classe 5 – “Fundo patrimonial”, constantes do balanço.

Movimentos ocorridos, no exercício, nas contas da classe 5 – “Fundo patrimonial”

Fundo Patrimonial		Saldo Inicial	Movimentos do exercício	Saldo Final
5200000000	Cedência de ativos	3.687.654,72 €	6.240,00 €	3.693.894,72 €
5711000000	Reserva geral do sistema	-2.164.347,96 €	0,00 €	-2.164.347,96 €
5760000000	Doações	-129.949,93 €	0,00 €	-129.949,93 €
5772990000	Outras entidades	-474.513,40 €	0,00 €	-474.513,40 €
5778111000	IGFSS	-1.152.187,79 €	9.196,52 €	-1.142.991,27 €
5778211000	IGFSS	91.070,67 €	0,00 €	91.070,67 €
5778813000	ISS	16.547.319,06 €	971.769,46 €	17.519.088,52 €
5778825000	ISSM, IP-RAM	73.746,75 €	-4.598,18 €	69.148,57 €
5920000000	Reg. de grande significado	62.672.507,87 €	-9.781.818,98 €	52.890.688,89 €
5990000000	Resultados transitados	-688.216.790,45 €	-26.381.424,71 €	-714.598.215,16 €

Conta de Resultados Transitados - movimentos de 2022	
Designação	Valor
Saldo Inicial	-688.216.790,45 €
Movimentos:	-26.381.424,71 €
TRF do RLE de 2021 - Div 0000	-26.381.424,71 €
Saldo Final	-714.598.215,16 €

No que concerne aos movimentos do fundo patrimonial o movimento ocorrido na rubrica “5920000000 – Reg. de grande significado”, no montante de 9.781.818,98€, deve-se essencialmente ao registo dos proveitos relativos aos juros de mora de anos anteriores em sede de processo executivo, que pela primeira vez, foram contabilizados, como bem como ao registo das respetivas provisões de anos anteriores.

Ainda no que diz respeito ao fundo patrimonial de destacar também o montante ocorrido na rubrica “5778813000 – ISS”, no valor de 971.769,46€ resultante de movimentos ocorridos de transferências de ativos de e para o ISSA, IPRA relativamente a regularização de dívidas de beneficiários, cuja origem da dívida reside em local diferente da sua cobrança/regularização.

O movimento ocorrido na rubrica “5990000000 – Resultados transitados” refere-se à transferência do Resultado líquido de 2021 para aquela rubrica.

8.2.33 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumida.

Código das contas	Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
32/36	Existências iniciais	0,00	59.151,22
312/316	Compras	0,00	36.555,59
38	Regularização de existências	0,00	-1.471,31
32/36	Existências finais	0,00	59.969,72
612/616	Custos no exercício	0,00	34.265,78
CMVMC		0,00	34.265,78

Unidade: EUR

8.2.34 – Demonstração da variação da produção.

Não aplicável.

8.2.35 - Repartição do valor líquido das vendas e das prestações de serviços, registados na conta 71 – “Vendas e prestações de serviços”, por atividades e por mercados (interno e externo) na medida em que tais atividades sejam consideravelmente diferentes.

Não aplicável.

8.2.36 – Desdobramento da conta 75 - “Trabalhos para a própria entidade”, por rubricas da conta de imobilizado.

Não aplicável.

8.2.37 – Demonstração dos resultados financeiros

Código das contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		n	n-1			n	n-1
681	Juros suportados	0.00 €	0.00 €	781	Juros obtidos	76 514,10 €	75 917,09 €
682	Perdas em empresas filiais e associadas	0.00 €	0.00 €	782	Ganhos em empresas filiais e associadas	0.00 €	0.00 €
683	Amortizações de investimentos em imóveis	17.437,00 €	20.200,38 €	783	Rendimentos de imóveis	20.218,81 €	21.039,74 €
684	Provisões para aplicações financeiras	0.00 €	0.00 €	784	Rendimentos de participações de capital	0.00 €	0.00 €
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0.00 €	0.00 €	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0.00 €	0.00 €
686	Cobertura prejuízos	0.00 €	0.00 €	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0.00 €	0.00 €
687	Perdas na alíneação de aplicações de tesouraria	0.00 €	0.00 €	787	Ganhos na alíneação de aplicações de tesouraria	0.00 €	0.00 €
688	Outros custos e perdas financeiras	132.052,68 €	122.380,22 €	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	172,08 €	0.00 €
	Resultados Financeiros	- 52.584,69 €	- 45.623,77 €		Resultados Financeiros		
		96.904,99 €	96.956,83 €			96.904,99 €	96.956,83 €

Ramos
Se

8.2.38 – Demonstração dos resultados extraordinários.

Código das contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		n	n-1			n	n-1
691	Transf. De capital concedidas	904.600,90 €	414.404,62 €	791	Restituições de impostos	0,00 €	0,00 €
692	Dívidas incobráveis	1.489.059,13 €	970.407,00 €	792	Recuperação de dívidas	447.847,05 €	680.245,94 €
693	Perdas em existências	1.704,24 €	13.767,45 €	793	Ganhos em existências	232,93 €	13.956,38 €
694	Perdas em imobilizado	257.585,24 €	38.875,00 €	794	Ganhos em imobilizações	100,00 €	0,00 €
695	Multas e penalidades	19,00 €	758,30 €	795	Benefícios de penalidade contratuais	1.888.216,99 €	2.018.093,12 €
696	Aumentos de amortizações e provisões	650.571,80 €	0,00 €	796	Reduções de amortizações e provisões	6.293.860,29 €	5.002.218,65 €
697	Correções relativas a exercícios anteriores	70.860.643,38 €	126.094.752,88 €	797	Correções relativas a exercícios anteriores	74.612.019,99 €	134.346.971,95 €
698	Outros custos e perdas extraordinárias	4.795,72 €	3.779,00 €	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	92.017,87 €	46.648,45 €
	Resultados Extraordinários	9.165.315,71 €	14.571.390,24 €				
		83.334.295,12 €	142.108.134,49 €			83.334.295,12 €	142.108.134,49 €

8.2.39 – Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

- À data de 31.12.2022 não se verificaram litígios materialmente relevantes, que representem encargos futuros para o ISSA.
- Em 31.12.2022 ficou por depositar o valor de 19.021,43€ referente a cobranças de contribuições, cujo depósito só ocorreu no exercício de 2023, pelo facto de a guia de depósito ter sido validada apenas no exercício de 2023. Contudo, o registo contabilístico ocorreu por interface GT-SIF na conta 11 (crédito) e na conta 12 (débito) foi efetuado ainda em 2022, pelo que ficaram por reconciliar na conta 12 – depósitos à ordem, uma vez que o depósito efetivo (data-valor) só ocorreu em 2023.
- Protocolo com a Banca – Imobilizações Compensatórias
Ao abrigo do ponto 5 do protocolo celebrado entre o ISSA, IPRA e a Associação Portuguesa de Bancos (APB), por cada cobrança (registo) de recebimento de Taxa Social Única efetuado pelo banco, é realizada aplicação de 408,46€ (com exceção do banco CCA que manteve o valor unitário da Comissão ano 2021) por um período de 30 dias a uma taxa de remuneração de 0%.

No quadro seguinte estão evidenciados os valores das imobilizações compensatórias a 31.12.2022, no âmbito da aplicação do protocolo com a APB.

Imobilizações compensatórias a 31/12/2022

BANCO	Nº PTU's	Nº RTU'S	Nº REGISTOS	Valor unitário Comissão	Total a cobrar	OBS.
BANCO BPI	436		436	408,46 €	178.088,56 €	a)
MONTEPIO GERAL	333		333	408,46 €	136.017,18 €	
CEMAH	499		499	408,46 €	203.821,54 €	
NOVO BANCO	562		562	408,46 €	229.554,52 €	
SANTANDER TOTTA	1085		1085	408,46 €	443.179,10 €	b)
BIC	35		35	408,46 €	14.296,10 €	c)
MILLENNIUM BCP	514		514	408,46 €	209.948,44 €	
CCAMA	464		464	404,50 €	187.688,00 €	d)
Totais	3928		3928		1.602.593,44 €	

a) Valor incluído no saldo de 1.214.867,88€ da conta 001000003329141010183

b) Valor incluído no saldo de 9.249.932,64€ da conta 001800005281053402078

c) Valor incluído no saldo de 2.367.426,79€ da conta 007900006780543010129

d) Valor incluído no saldo de 785.968,15€ da conta 004580574030447947637

- A 28.03.2023 encontravam-se por descontar os seguintes cheques:

Conta DO CEM 005900011090330003669 R Outros

Cheque Nº 6115454407 emitido a 22.12.2022 no valor de 24.140,46€

Conta DO CEM 005900012101730001369 R Outros

Cheque Nº 2015235073 emitido a 09.09.2022 no valor de 38,62€

Cheque Nº 9515235097 emitido a 07.11.2022 no valor de 10,00€

Conta DO BST 001800080693070402097 R Outros

Cheque Nº 6500000131 emitido a 08.04.2022 no valor de 275,30€

Cheque Nº 5600000132 emitido a 06.05.2022 no valor de 275,30€

Cheque Nº 4700000133 emitido a 08.06.2022 no valor de 275,30€

Cheque Nº 3800000134 emitido a 07.07.2022 no valor de 275,30€

Cheque Nº 2900000135 emitido a 08.08.2022 no valor de 275,30€

Cheque Nº 2000000136 emitido a 08.09.2022 no valor de 275,30€

Cheque Nº 1100000137 emitido a 07.10.2022 no valor de 275,30€

Cheque Nº 7200000141 emitido a 08.11.2022 no valor de 275,30€

Cheque Nº 6300000142 emitido a 06.12.2022 no valor de 275,30€

San Ramos

- O saldo de 107.391,19€ na conta 1114* é referente ao total dos saldos finais de caixa das tesourarias. O saldo de 19.021,43€ na conta 112* corresponde aos valores que aguardavam depósito a 31.12.2022 e que foram depositados em janeiro de 2023.
- No que concerne às dívidas de beneficiários de prestações sociais a repor, e após a contabilização dos valores em cobrança duvidosa e em planos prestacionais, conforme informação do Sistema Integrado de Conta Corrente (SICC) e do SEF (Execução Fiscal), verificou-se um saldo em SIF a 31.12.2022 daquelas dívidas em mora há menos de 6 meses [contas 2651*; 26834*; 2683838*; 2683842200, 2684412000] inferior ao valor apurado em SICC, no montante de **475.451,42€**. Face a esta divergência, não foi ainda possível proceder, em 2022, a um ajustamento entre os dois subsistemas (SIF e SICC) respeitante aquelas dívidas.
- Em 2022, foram prescritas dívidas de contribuintes já participadas para processo executivo (SEF), no montante total de **1.350.727,90€**, dos quais 1.310.597,04€€ dizem respeito a contribuições e 130,86€ juros de mora e contraordenações.
- No âmbito dos acordos para o pagamento de contribuições em planos prestacionais residentes em Gestão de Contribuintes e na aplicação APP (Acordos Planos Prestacionais), foi acordado com os 3 institutos, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP, Instituto da Segurança da Madeira, IP e o Instituto da Segurança Social dos Açores, IPRA, no sentido de ser efetuado um nivelamento de saldos entre aquelas aplicações de gestão de acordos prestacionais e o SIF à semelhança dos últimos anos. O nivelamento ter por base o seguinte critério:
 - Efetuar a comparabilidade entre os saldos dos acordos ativos nas aplicações GC e APP com saldos em SIF em aberto à data de 31.12.2022 das contas 2122*, com base na informação disponibilizada pelo II, IP.

- **Acréscimos e Diferimentos:**

Acréscimos e Diferimentos 2022 - Ativo		
Acréscimos de Proveitos	Juros de aplicações a prazo	40.227,22 €
Custos Diferidos	Conservação Reparação	36.037,75 €
Total		76.264,97 €

Acréscimos e Diferimentos 2022- Passivo		
Acréscimos de Custos	Venc. Férias; Férias e Encargos	2.035.031,21 €
Acréscimos de Custos	Prestação de Serviços	23.320,11 €
Proveitos Diferidos	Contribuições (juros vincendos)	376.889,89 €
Total		2.435.241,21 €

Acréscimos de proveitos: Proveitos a reconhecer no próprio exercício, uma vez que a aplicação financeira foi efetuada, mas sem documentação vinculativa (promissória). A contrapartida é sempre uma conta de proveitos. Ex: Serviços prestados e ainda não faturados.

Custos diferidos: Faturas recebidas relativa a serviços que só irão ser “consumidos” nos exercícios seguintes, pelo que não podem ser reconhecidos como custos deste exercício. Ex: Seguro anual pago em 1/Set/n :4/12 é custo de n, e 8/12 só é custo em n+1

8.3 - Notas sobre o Processo Orçamental e Respetiva Execução

8.3.1 – Alterações Orçamentais.

8.3.1.1 – Despesa

Em anexo.

8.3.1.2 - Receita

Em anexo.

8.3.2 – Contratação administrativa

Em anexo

8.3.3 – Execução de programas e projetos de investimentos.

Não aplicável.

8.3.4 – Transferências e subsídios.

Em anexo.

8.3.5 – Aplicações em ativos de rendimento fixo e variável

Em anexo.

8.3.6 – Endividamento.

Não aplicável.

8.4 – Notas sobre a contabilidade analítica.

Nada a referir.

Angra do Heroísmo, 13 de abril de 2023

O Conselho Diretivo



Reela Ramplona Ramos
Roberto Sousa
Láurichini Lima

